

## Disposições a militar e lógica de investimentos militantes

*Ernesto Seidl\**

Resumo: O artigo centra-se em discussões sobre modalidades de engajamento e militância, com base em investigação conduzida no estado de Sergipe com dirigentes e ex-dirigentes de instituições associativas bastante diversas: sindicatos, instituições de filantropia, defesa de direitos humanos e opção sexual, movimento negro, conselho de leigos católicos e ONGs ambientalistas. O eixo de análise gira em torno das condições de aquisição de disposições para diferentes engajamentos e da forma como tais disposições se realizam e se atualizam ao longo de itinerários individuais. Os resultados apontam condições de socialização familiar e religiosa favoráveis, escolarização elevada, passagem pelo espaço universitário, eventos biográficos marcantes, ativismo militante e vinculações partidárias precoces como elementos decisivos à realização de carreiras militantes.

Palavras-chave: militância; socialização; participação política.

### Dispositions for militancy and the logic of militant investment

Abstract: This paper is focused on discussions about patterns of political involvement and militancy based on a research conducted in the state of Sergipe with leaders and former leaders of very different institutions: unions, institutions of philanthropy, human rights and sexual choice associations, a black movement, a lay catholic group and environmental NGOs. It analyzes the conditions of acquiring social dispositions for political commitment and how such dispositions are fulfilled and updated over individual routes. The results point out that sociably favorable familial and religious background, high education levels, university experiences, important biographical events, militant activism and early partisan ties are crucial elements for a militant career.

Key words: militancy; socialization; political participation.

### Introdução

Se é indiscutível que as chances de alguém se interessar por e tomar parte em movimentos coletivos – associações, sindicatos, partidos, ONGs e cooperativas, por exemplo – variam enormemente na sociedade em função, notadamente, da posse de certos recursos sociais, culturais, experiências acu-

\* Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS); Coordenador do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP), Brasil. eseidl@terra.com.br

muladas e, inclusive, de conjunturas históricas, como se articulam esses ingredientes, em que espaços e de que forma são obtidos por indivíduos que se engajam e militam em nome de causas as mais diversas? E ainda: há ligações entre as características sociais dos indivíduos, suas histórias individuais e os tipos de militância a que aderem? Em outras palavras, como se opera a construção social do desejo de dedicar-se a alguma causa, de que maneira ela é vivenciada e quais são as lógicas que operam os investimentos na militância?

A investigação que está na base deste artigo teve por preocupação central a apreensão de um conjunto de elementos ou fatores que geraram participações militantes. As combinações precisas entre esses elementos, a associação com novos recursos e seus efeitos nos itinerários individuais de homens e mulheres engajados em diferentes causas compuseram, assim, o eixo principal das questões examinadas. Para tanto, partiu-se do exame dos itinerários de dirigentes e ex-dirigentes de diferentes associações sediadas na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, nordeste do Brasil. O material mobilizado como fonte de informação é constituído fundamentalmente de entrevistas biográficas com militantes dirigentes e ex-dirigentes de oito instituições de portes distintos: associação de defesa de homossexuais, instituto socioambiental, sociedade que acolhe crianças e jovens carentes, associação de docentes universitários federais, conselho de leigos pertencente à Igreja Católica, três associações vinculadas a *movimentos negros* e *afro-religiosos*. Trata-se, portanto, de espaços de militância bastante variados e, inclusive, de abrangência muito diversa: militância religiosa (católica e afro), sindical (professores universitários e petroleiros), ambientalista, filantrópica, de direitos humanos (ligados à opção sexual) e étnica ou identitária. Além dessas, como veremos, uma militância ativa em partidos políticos destaca-se em boa parte dos percursos analisados<sup>1</sup>.

Condicionantes sociais do engajamento: socialização e aquisição de disposições

Nesta investigação, alguns eixos foram privilegiados, dentro de uma proposta de integração analítica de apreensão dos contextos de socializações e de constituição de preferências políticas dos agentes, com a intervenção múltipla de eventos biográficos ao longo do desenrolar de trajetórias sociais amplos. Nessa linha de procedimentos, indicam Mayer e Fillieule (2001, p. 23-24) e Fillieule

1. Este texto dá continuidade à discussão dos resultados do projeto de pesquisa "Engajamento e militância na esfera associativa no estado de Sergipe", o qual contou com apoio da Universidade Federal de Sergipe. Parte da coleta e sistematização do material teve colaboração dos bolsistas PIBIC Vanderson de Gois Santos e Clarissa Miranda. Uma primeira apresentação dos dados encontra-se em Seidl (2008a e 2008b).

(2001), entra em pauta uma abordagem da militância como processo, o que permite que se trabalhem de modo conjunto questões como as das “predisposições à militância, da passagem à ação, das formas diferenciadas e variáveis ao longo do tempo adquiridas pelo engajamento, da multiplicidade dos engajamentos ao longo do ciclo de vida e da retração ou ampliação dos engajamentos”. Dentro dessa lógica, os principais indicadores utilizados foram origens familiares extensas, origem geográfica e deslocamentos, posições sociais, situações e trajetórias do grupo familiar, itinerário escolar e relações com a cultura, pertencimentos profissionais, étnicos e políticos, orientações sexuais e religiosas, acasos e experiências individuais, redes de relações, opções ideológicas, conjunturas históricas. Em boa medida, como lembra Gaxie (2002) ao falar de socialização política, trata-se de levar a sério as preferências ideológicas e políticas em dado momento, de tentar apreender os instrumentos de avaliação e as valorizações (das quais são, em parte, produto), buscando compreender o que essas valorizações devem às diversas socializações constitutivas da experiência do mundo de um indivíduo.

Num nível mais geral, e conforme indicado em outro lugar (Seidl, 2008a), o exame da lógica de constituição dos gostos, das expectativas e das disposições favoráveis à participação associativa dos indivíduos entrevistados tende a validar em boa medida os achados de pesquisas sobre participação militante em contextos variados (Agrikoliansky, 2001; Barthélémy, 1994; Gaglietti, 2003; Ion, 1994, Juhem, 2001; Oliveira, 2007; Sawicki, 2004, Siméant, 2003; Tavares dos Reis, 2008). Entre as principais indicações, observa-se que do itinerário individual até o engajamento associativo dá-se a conjugação de elementos de socialização familiar e escolar na formação dos anos de juventude que combinam fatores ideológicos e uma propensão ao ativismo: presença de políticos no grupo familiar e/ou de familiares *interessados* em política (candidatos, por exemplo) ligada a forte integração social e a uma relação localista e *concreta* com o político, pais de profissão docente, forte socialização religiosa, ligação com movimentos católicos.

A tentativa de apreensão mais detalhada dos universos familiares em que cresceram os entrevistados revela a predominância de personagens, fatos e práticas cujos significados remetem a atividades – se não explicitamente *políticas* – orientadas ao envolvimento em práticas coletivas e à valorização de uma ética católica. Cerca de dois terços deles indicam ter tido parentes muito próximos, como pais, avós e tios, com ligações diretas em disputas políticas como candidatos e/ou ocupantes de cargos de vereador e prefeito. No entanto, se nem todos afirmam ter sido criados em espaços em que a *política* tem alguma dimensão mais visível, é possível identificar a influência que o papel de *liderança* ou *figura conhecida localmente*, exercido por algum familiar próximo, pode ter

sobre a constituição de percepções das relações sociais e de modelos de sociabilidade e de atuação marcados por um estilo de vida *público*, pela detenção de certa notoriedade e de extensas redes de relação, disponibilidade, etc. Pelo menos dois casos examinados dão indicações interessantes nessa direção. De um lado, a importância atribuída por um futuro militante múltiplo (movimento negro e religioso, homossexual e político) e candidato a vereador à presença marcante da avó materna, com a qual foi criado: *era grande liderança no bairro (embora não quisesse). Era comerciante, aquela que ia pra Igreja, ia pro centro de umbanda, fazia de tudo; e toda eleição os vereadores do bairro iam falar com ela pra pedir ajuda, porque ela era muito bem relacionada*; de outro lado, o papel do pai de uma futura dirigente do movimento negro, fundador de uma casa de umbanda da qual a própria filha é herdeira.

A acentuada integração de valores religiosos católicos, em alguns casos associados ao espiritismo kardecista e afro-brasileiro, é outra dimensão importante dos processos de aprendizagem de maneiras de ser, pensar e agir e das estruturas de hierarquização prática dos indivíduos em questão. Afora os casos em que emerge uma relação direta entre orientação religiosa doméstica e orientação militante – como o do filho de ex-seminarista que se tornou líder de movimento do laicato católico; da filha de pai-de-santo que coordenaria parte do movimento negro; e da sobrinha de pai-de-santo que se tornou mãe-de-santo e dirigente do movimento negro –, destaca-se o quanto a incorporação de um sistema de valores pautado por noções de “cooperação”, “ajuda”, “caridade”, “devoção” e “comprometimento pessoal” pode contar na elaboração de projetos individuais que implicam algum tipo de engajamento.

Parte das condições de socialização primária dos indivíduos pode ser mais bem apreendida ao considerar-se a posição social de origem de suas famílias e as relações com os recursos culturais disponíveis. As origens sociais relativamente heterogêneas dos militantes – embora predomine uma extração baixa e intermediária – impedem maiores generalizações quanto à associação direta entre recursos sociais e culturais herdados e probabilidade de engajamento individual. Mesmo assim, a predominância de filhos de profissionais médios (médio proprietário de terra, funcionários de nível médio, professores universitários e de Ensino Médio) confirma as ligações privilegiadas entre capital cultural e competência política (Bourdieu, 1979; Gaxie, 1978; 2002). Dos doze entrevistados, quatro são oriundos de famílias em que o pai ou a mãe tiveram escolarização fundamental (completa ou não), cinco possuem pais que terminaram a escolarização média ou equivalente (incluindo dois cursos técnicos profissionalizantes) e três são filhos de diplomados em curso superior<sup>2</sup>.

2. Um deles escolarizou-se tardiamente. Completou a alfabetização já adulto e obteve diploma superior em Biblioteconomia após os 40 anos de idade.

## Espaços escolares, recursos culturais e capital militante

Em comparação com os recursos escolares dos pais, fica evidente uma ascensão considerável desses indivíduos, que lograram em sua totalidade entrar no Ensino Superior – majoritariamente em áreas de humanidades (pedagogia, serviço social, economia, ciências sociais, história, comunicação social) –, metade deles havendo cursado algum tipo de especialização (*lato sensu* e mestrado). No entanto, as condições de acesso e as relações com os recursos escolares e culturais angariados, como se poderia prever, não são homogêneas. Assim, é direta a associação entre as origens sociais mais elevadas e a realização de percursos escolares mais lineares e longos em instituições mais bem qualificadas. Inclusive nos casos de militantes com envolvimento em política estudantil secundarista, a relação entre intensidade do ativismo e aproveitamento escolar tende a refletir esse princípio. Dos quatro itinerários escolares pertinentes, apenas aquele de um indivíduo de origens modestas e baixos recursos culturais herdados foi interrompido como consequência de uma intensa dedicação ao movimento secundarista, já mesclada com militância partidária, e colocada num plano importante de realizações pessoais.

Os investimentos escolares relativamente intensos encontrados nos itinerários em questão parecem confirmar tendências de associação entre aumento e diversificação da titulação escolar e probabilidades de sucesso em carreiras políticas e em militâncias variadas (Coradini, 2001; 2002; Gaglietti, 2003; Grill, 2007; 2008; Hamman; Meon; Verrier, 2002; Oliveira, 2007; 2008a; 2008b; Tavares dos Reis, 2007; 2008). Em um primeiro nível, colocam-se as próprias formas de sociabilidade promovidas pela escolarização superior e as condições de formação de bases de interconhecimento e interdependência nessa esfera. Em um segundo nível, há as formas diversificadas de mobilização dos títulos, experiências e saberes reconhecidos como “acadêmicos”, “científicos” ou, mais geralmente, “intelectuais”, na composição de carreiras militantes, nas tentativas de legitimação de pretensões à ocupação de determinados postos ou cargos e no exercício de papéis correlatos.

Nos indivíduos de origens sociais relativamente mais elevadas, os investimentos mais intensos na obtenção de diplomas superiores estão ligados principalmente a objetivos de profissionalização imediatamente após a conclusão do Ensino Médio. Já a essa altura de seus trajetos sociais, encontravam-se, em sua totalidade, seja vinculados a algum tipo de militância (estudantil, religiosa, partidária), seja envolvidos em projetos de cunho assistencial. Parte deles usaria a formação universitária diretamente no exercício de atividades profissionais, como professores de Ensino Médio e universitário e funcionários públicos intermediários. Entre esses, uma pequena parcela de militantes mais jovens destacou-se por apostas escolares elevadas e usos instrumentais dos diplomas através de es-

Quadro I: Algumas propriedades sociais dos entrevistados

Sexo	Idade	Associação	Prof. Pais	Escolaridade Pais	Escolaridade Superior	Profissão/ ocupação
M	39	Direitos homossexuais	Carpinteiro/ Lavadeira	Fundamental	Pedagogia	Prof. primário
M	25	Meio ambiente	Bancários	Médio	Administração Pós-graduação	Estudante mestrado
M	30	Meio ambiente	Prof. univ./ Prof. Ens. Médio	Superior	Publicidade e Propaganda Especialização	Prof. univ.
F	51	Filantropia	Pequeno prop. rural/ Prof. Ensino Fund.	Fundamental/ Médio (magistério)	Serviço Social	Assist. social/ Funcionária pública
F	33	Filantropia	Eletricista Func. público/Dona de casa	Fundamental incompleto	Pedagogia Especialização Pedagogia empresarial	Professora primária
M	58	Sindicato Professor universitário	Contador/ Dona de casa	Técnico/ Fundamental	Economia (Doutorado incomp.)	Prof. univ. federal
M	53	Laicato católico	Médio prop. rural/ Dona de casa	Médio/ Fundamental	Química (Mestrado)	Prof. univ. federal/ Pró-Reitor
F	42	Movimento negro e religioso	Funcionário médio Petrobras/Dona de casa	Médio/	Letras (incomp.) e Ciências Sociais (em curso)	Funcionária pública estadual
M	Cerca de 40	Movimento negro	Policial/Func. Pública (roupeira)	Fundamental incompleto	Ciências Sociais (em curso)	Funcionário Público, Agente de segurança
F	41	Sindicato petroleiros	Pequeno comerciante/Dona de casa	Fundamental incompleto	Ciências Sociais (em curso)	Funcionária sindicato
M	36	Direitos homossexuais	Atividades manuais, Frentista/ Dona de casa	Superior (Biblioteconomia, depois dos 40 anos)/Médio	História (incompleto)	Secretaria Municipal Saúde
F	Mais de 60	Movimento negro e religioso	Técnico laboratório/ Professora/	Curso técnico/ Superior Letras	Comunicação Social/ Especializações/ Mestrado (em curso)	Professora universitária

Fonte: Dados coletados em entrevistas.

pecializações diretamente associadas a projetos pessoais de profissionalização militante no “ambientalismo”. De outro lado, para aqueles geralmente de origens sociais bastante baixas, cuja entrada no Ensino Superior se deu tardiamente (em muitos casos, depois dos 30 anos), a relação com os saberes escolares traduziu-se em incrementos na estrutura dos capitais político e militante até então acumulados, principalmente via inserção em sindicatos e *movimentos* (homossexual, negro, religioso). Como demonstra Gaxie (1978) com respeito aos partidos e aos sindicatos, a passagem por essas instituições funciona como mecanismo de acúmulo de um capital escolar de substituição, isto é, uma capacidade de orientar-se dentro do espaço político. Para esses militantes, o curso de Ciências Sociais, oferecido em Sergipe apenas pela Universidade Federal, representava um dos principais atrativos à ampliação de recursos crescentemente valorizados nas disputas políticas, tanto como critério cultural mínimo a postulações de mandatos e cargos mais genéricos<sup>3</sup> quanto como definidor de *expertises* cobradas em funções específicas em governos e ONGs, por exemplo.

As narrativas de experiências no espaço de socialização escolar apontam esta esfera como central não somente à aquisição de disposições a engajamentos e de competências específicas – incorporação de códigos e técnicas essenciais à política, sobretudo –, mas também à realização e à atualização de disposições adquiridas anteriormente em espaços como a família, a religião, o esporte, a filantropia, entre outros. A apresentação de *origens precoces* de envolvimento ou *interesse* em atividades coletivas ou propriamente nomeadas *políticas* pelos entrevistados remete – em boa parte dos casos – a formas iniciais de participação, como lideranças em atividades de grêmios estudantis e jornais escolares. Para uma fração desses, o ingresso posterior em cursos superiores marcaria, portanto, uma continuidade nessa modalidade de envolvimento através dos comandos de diretórios acadêmicos estudantis (DCEs), espaços sabidamente próximos da lógica das disputas partidárias e de recrutamentos análogos. Um caso marcante de acúmulo precoce e prolongado de vivências na política estudantil é fornecido pelo trajeto de um futuro professor universitário e líder sindical nascido no início dos anos 1950 no interior de São Paulo, cujo itinerário escolar coincidiu com um período histórico altamente favorável à militância. Após participar da fundação e liderar o grêmio estudantil de uma escola pública em sua pequena cidade natal entre 1967 e 1968, a mudança, sem a família, para a capital do estado, no ano seguinte, e o posterior ingresso na Universidade de São Paulo, permitiram-lhe o aprofundamento de um engajamento vivido como *natural* no movimento clandestino. Estudante do curso de Economia, por vá-

3. Sobre o aumento de titulados em Ciências Sociais e a diversificação nos diplomas superiores de membros do governo estadual no Rio Grande do Sul, consultar Coradini (2002). Quanto à escolarização superior como trunfo em carreiras de militância política no PT, ver Gaglietti, *op. cit.*

Quadro II: Política, experiências e socializações

Sexo	Associação	Grupo familiar e relações com política	Espaços de socialização e experiências	Relação partidos políticos	Atributos e orientações
M	Direitos homossexuais		Projeto Rondon	Militou no PCdoB por 14 anos	Homossexual
M	Meio ambiente		Grêmio estudantil, DCE	Filiado ao PT Pretende candidatar-se a vereador	<i>Vivo o meu trabalho</i>
M	Meio ambiente				<i>Trabalhar em ONG reforça sua imagem como cidadão</i>
F	Filantropia	Mãe candidata à prefeitura	Projeto Rondon		
F	Filantropia		Educação de crianças desde os 15 anos de idade		
M	Sindicato Professor universitário	Avó <i>ademarista</i> ; tio vereador	Grêmio estudantil, movimento estudantil universitário clandestino	Participação e <i>fundação</i> de três partidos	<i>Anarco-comunista; libertário</i>
M	Laicato católico	Tios-avós vereadores em ambos os ramos	Grêmio estudantil, movimento estudantil universitário; grupo católico	<i>Fundador de dois partidos</i> ; candidato a deputado estadual	<i>Humanista cristão</i>
F	Movimento negro e religioso	Ramo paterno ligado à política em outro estado; tio candidato a prefeitura em capital, assassinado por <i>vingança</i>	Tio materno antropólogo e pai-de-santo; colega de trabalho de líder do movimento negro em SE; grupo de jovens católicos		Ingresso no <i>candomblé</i> por <i>questões de saúde</i> ; <i>digo que sou negra</i> ; mãe-de-santo
M	Movimento negro		Influência de “amiga da escola”; movimento de meninos de rua		<i>Iniciado no candomblé</i> ; capoeirista

(continua)

(continuação)

F	Sindicato petroleiros		Greve de operários	Ex-militante do PT; candidata à prefeitura	Negra
M	Direitos homossexuais	Avó líder do bairro	Grupo de jovens católicos, escoteiros, grêmio estudantil, movimento estudantil universitário	Candidato a vereador	Negro; homossexual; filho-de-santo
F	Movimento negro e religioso	Pai dono de casa de candomblé	Grupo de teatro escolar; <i>influência</i> de professor na escola	Filiada ao PT; <i>construtora do movimento de mulheres no PT</i>	Negra; <i>Religião é uma escola, política, idem;</i> mãe-de-santo, herdeira da casa de umbanda do pai

Fonte: Dados coletados em entrevistas.

rios anos dedicado quase exclusivamente à militância, levou dez anos para concluir a graduação e revelou que seu projeto de vida *era ser um Che Guevara*. No entanto, a conjuntura de repressão política do período reorientaria seu futuro itinerário – em que profissão e militância eram indissociáveis – em direção a uma inserção “politizante” (Lagroye, 2003) no espaço universitário, dentro do qual a atuação como líder sindical se mesclou com inserções partidárias sucessivas em três siglas (PT, PV e PSOL) e atividades de *formação política* com secundaristas.

Por outro lado, embora mais evidente e efetiva, não apenas a participação em movimentos estudantis apareceu como canal de exposição à lógica do ativismo e do engajamento na arena escolar. A oferta de envolvimento em projetos *sociais* a jovens universitários por meio de ações concretas e intensas como *educação popular, mutirões de solidariedade*, cursos de saúde básica, por exemplo, em geral implicando deslocamento para áreas mais pobres e uma inserção temporária em outras realidades (casos do Projeto Rondon), também surgiu como possível esfera de socialização política importante. Em alguns casos, tais experiências são apontadas pelos entrevistados como um *início no social* e funcionariam como uma espécie de prova de *sensibilidade* e de *comprometimento*.

### Militância associativa e partidária

Um último ponto a ser destacado diz respeito à forte vinculação entre militância associativa e militância partidária, fenômeno recorrente na quase

totalidade dos itinerários considerados neste estudo. Em primeiro lugar, tal constatação sugere certa relativização das conclusões de pesquisas internacionais que apontam uma dissociação entre aquelas modalidades de militância das quais emergiriam comprometimentos mais especializados e voltados a causas específicas. Tais elementos estariam inseridos, segundo as indicações, em tendências mais de fundo das formas de engajamento e militância, sobretudo a diversificação ou o alargamento das modalidades de engajamento político e um processo de individuação e de personalização<sup>4</sup>.

Obviamente, as limitações de representatividade do universo empírico aqui abordado não permitem grandes tentativas de generalização dos resultados a outros contextos sociais no Brasil ou em outros países. No entanto, se é clara a proliferação, no país, de entidades associativas ligadas às mais diversas *causas* e responsáveis por novas formas de pensar, falar e agir politicamente, as evidências encontradas, ainda que parciais, demonstram que a militância em organizações específicas está atrelada à manutenção de vínculos com partidos políticos e sindicatos, duas instituições clássicas do espaço político.

Assim, ao investigar, entre outras questões, os pertencimentos políticos de mais de dois mil participantes e promotores do 5º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS, Coradini (2007b) mostra que 81,6% daqueles indivíduos que participam de algum movimento ou organização social são filiados a partidos. Desses, a maioria pertence a sindicatos e associações de classe (25,7%) e ONGs (20,0%). Em sentido inverso, a pesquisa de Gaglietti (2003) sobre a militância do PT no Rio Grande do Sul revela que 94,5% dos indivíduos estudados passaram por movimentos coletivos como o estudantil, o sindical, o comunitário e o religioso, embora parcela expressiva tenha se declarado, naquele momento, não engajada nos *movimentos sociais e populares*.

A alta imbricação dos itinerários militantes estudados com atividades em partidos políticos pode ser visualizada com os seguintes dados: dez entre doze entrevistados afirmam pertencer a partidos, dos quais três se dizem *fundadores* de siglas (inclusive, mais de uma), três foram candidatos a cargos eletivos em nível municipal e estadual e um declara ter futuras pretensões eleitorais. Contudo, o peso e a intensidade de tais pertencimentos variam em função dos diferentes investimentos na carreira militante, assim como dos diferentes momentos dos trajetos individuais. Por um lado, ressaltam-se as adesões partidárias precoces e intensas, porém, em geral, sem ambições mais diretas de disputa eleitoral. Nessa modalidade enquadram-se os casos de aproximação e filiação partidária ainda durante o percurso escolar, sobretudo via movimento estu-

4. Uma apresentação ampla desses resultados é encontrada em Perrineau (1994). Consultar também Matonti & Poupeau (2004).

dantil, período em que se mesclam atuação no partido e em outros movimentos. Chamam atenção, nesses casos, tentativas de reconversão relativamente tardias de recursos políticos dessas militâncias na profissionalização política através da disputa de cargos eletivos ou de direção em partidos. Uma explicação inicial para isso seria um efeito do próprio estado do espaço político em Aracaju entre os anos 1970 e 90, marcado por alta concorrência entre possíveis candidaturas de agentes políticos vinculados a partidos de esquerda e oriundos de *movimentos sociais*, dado que favoreceria aqueles indivíduos fortemente profissionalizados nas lutas eleitorais.

A rigor, o único caso a contrapor-se à modalidade precedente de entrelaçamento com partidos aponta uma politização relativamente tardia – em torno dos 20 anos, sem contar com nenhuma forma prévia de atividade participativa (caso número 3 apresentado mais abaixo) – promovida por experiências concretas de política operária. Trata-se de um indivíduo de origens sociais bastante baixas, escolarização interrompida e em situação de precariedade profissional, cujo ingresso quase simultâneo no sindicalismo e no partido configura uma saída via profissionalização militante já iniciada em postos de direção sindical. Mesmo assim, suas apostas na política eletiva surgiram apenas após cerca de duas décadas de alta dedicação à militância.

### Três itinerários militantes

Como parte da demonstração de algumas combinações possíveis dos elementos assinalados nos itinerários em foco, são apresentados a seguir três casos exemplares de engajamento militante. Em todos eles, é marcante a inserção em mais de um espaço de militância e o tecimento de relações diversificadas ao longo de trajetos individuais que mesclam recursos de origem bastante variada. Catolicismo, candomblé, movimento negro, sindicalismos, movimento *gay*, partidos políticos — tais são as principais esferas por que transitam ou transitaram esses agentes sociais, cujos deslocamentos no espaço social foram igualmente acompanhados por avanços e retrações nos investimentos militantes.

### Caso n. 1: Identidade múltipla, militância múltipla

P. nasceu em Aracaju no início dos anos 1970, filho de um pai *quase sem instrução nenhuma* e de uma mãe que completara a Escola Normal. Com o divórcio dos pais quando contava quatro anos de idade, cresceu numa casa em bairro de classe média baixa da capital, onde viveu com a mãe, a irmã, a avó materna e, posteriormente, o padrasto. De cor de pele escura e cabelos encaracolados, diz que se considerava e era considerado tímido pelos familiares. Por

essa razão, na pré-adolescência foi estimulado pela mãe e pela avó a fazer atividades para se *socializar*, como diz. *Fui ser escoteiro, fui fazer esporte, karatê*. Apesar da *timidez*, recorda que ao final da quinta série começou a querer exercer *atividades paralelas*, como *participar do Centro Cívico da escola, organizar festa, evento, fazer um monte de coisa*. Por essa época, começou a freqüentar um grupo de jovens da Igreja Católica em reuniões semanais. Por dois anos, aos sábados, também participava dos escoteiros, movimento que deixou para *entrar na Legião de Maria*, grupo de leigos católicos. Através desse grupo, realizou diversas “atividades filantrópicas, como visitas a hospital de câncer e orfanatos”. Perguntado sobre as relações da família com a política, não hesitou em responder que eram inexistentes. Porém, logo em seguida, falou de sua avó em termos de *liderança do bairro*, freqüentadora assídua da igreja e eventual de um terreiro de umbanda, mulher *conhecida de todos e respeitada*, a quem, em época de eleições, os vereadores do bairro *iam procurar para pedir ajuda*. Futuro filho-de-santo do candomblé, atribuiu à avó *forte influência* em sua *religiosidade*. Foi ao falar da entrada no segundo grau em uma das maiores escolas públicas de Aracaju que P. procurou situar os inícios de seu envolvimento político, via movimento estudantil secundarista. Através de colegas, aproximou-se do Centro Cívico da escola e foi a algumas reuniões da União Sergipana dos Estudantes Secundaristas, ainda sem comprometimentos. Por ocasião de uma passeata pelo retorno dos grêmios estudantis, organizada pela União da Juventude Socialista (UJS), envolveu-se *espontaneamente* na composição de uma comissão de representantes que se reuniria com o governador. Com o retorno dos grêmios, em 1988 inscreveu-se para participar da chapa da UJS que sairia vencedora na disputa. Quase simultaneamente, ingressou na UJS e filiou-se ao PCdoB, partido no qual tem militado desde então e pelo qual concorreu, em 2008, a vereador na capital sergipana. Depois de vários anos de intensa militância partidária e estudantil – com rupturas e suspensão dos estudos e envolvimento temporário com o movimento cultural *punk* e anarquista na cidade –, em 1995 aproximou-se do movimento negro em Aracaju. Sem tornar-se sócio, participou de oficinas, cursos e palestras, teve contato com lideranças religiosas e babalorixás e teve despertado, como afirma, seu interesse pela *ancestralidade, as origens, quem era meu orixá*. Afirmado ter assumido sua orientação homossexual em torno dos vinte anos, P. freqüentava esporadicamente reuniões de um grupo *gay*. Após um período, foi convidado pelo presidente a participar com maior intensidade, passou a morar numa “república” alugada pelo grupo e em seguida integrou a diretoria, quando começaram a *estruturar o grupo, a montar uma sede, a desenvolver projetos, vários projetos financiados*. Segundo ele, chegaram a ser a segunda maior ONG do Estado, porém o fim de alguns projetos e a escassez de recursos levaram a seu fechamento em 2002. Já no ano seguinte,

no entanto, junto com alguns membros do grupo, fundou uma nova ONG e foi escolhido seu primeiro presidente. Afastado da direção por disputas, nesse período foi convidado pela presidente de uma fundação cultural do Estado – ex-vereadora de Aracaju e ex-deputada federal pelo PCdoB – a chefiar o setor de etnia da instituição, *pensando na minha relação com o movimento negro e os terreiros de candomblé*. Em 2008, saiu candidato a vereador, com propostas ajustadas a suas inserções militantes, sem ter-se elegido.

## Caso n. 2: Catolicismo, sindicato e partidos

Filho de um ex-seminarista menor, médio proprietário de terras no interior de Sergipe, e de uma dona de casa que completou o ginásio, contando tios-avós políticos em ambos os ramos familiares, J. nasceu no início dos anos 1950 e realizou todo seu itinerário escolar numa escola católica de elite na capital do Estado. Criado em ambiente fortemente religioso, lembra que desde a juventude gostava de participar de movimentos e grupos e *se interessava por política*. Como no caso n. 1, a aproximação com o espaço estudantil secundarista configurou um primeiro contato com o universo das disputas políticas. Aos quinze anos foi eleito presidente do grêmio estudantil, durante os chamados “anos de chumbo”. Ao concluir essa fase escolar, ingressou no curso de Química Industrial na Universidade Federal, instituição que o admitiria como professor dois anos após sua formatura. Católico praticante desde a infância, J. intensificou o envolvimento com a Igreja através de *cursilhos* que coordenava dentro do quadro da diocese de Aracaju. Esta ligação com o catolicismo perduraria por muitos anos e também estaria vinculada com sua participação no Partido dos Trabalhadores – do qual diz ser *fundador*, embora à época ainda não fosse filiado. A inserção de J. na universidade foi acompanhada da intensificação de atividades militantes e da ampliação de redes sociais que o conectaram com o envolvimento partidário. O engajamento na fundação da Associação dos Professores da UFS (que presidiria dez anos mais tarde) coincidiu com aquela no PT, partido ao qual se filiaria também uma década depois. Por sua vez, parte do conjunto de relações tecidas nesses dois espaços, em especial no partidário, desdobrou-se no conselho de leigos católicos em que atuou. J. dá ênfase à politização daquele espaço: *éramos a vanguarda, discutíamos muito política social, educacional*. Desses vínculos intensos diz ter saído a indicação de seu nome à candidatura a deputado estadual, na qual não teve sucesso. Dizendo-se *frustrado* com a campanha política e com os resultados do governo do PT no país, J. desfilhou-se do partido, porém logo em seguida ajudou a fundar o PSOL em Sergipe, compromisso que seria efêmero, por conta de suas *discordâncias com o radicalismo*. Embora longe dos partidos, segundo ele, o afastamento da militância

partidária não comprometeu seus princípios. *Acho que nossa militância na educação é forte, porque a gente pode influir bastante na realidade. Descobri que a universidade é a vida da gente, mas é claro que a gente tem que influir fora também; isso eu consegui com a Igreja e os movimentos sociais.*

### Caso n. 3: Engajamento improvável: da roça à liderança sindical

Neta e filha de pequenos agricultores, T. viveu até os seis anos num povoado do interior de Pernambuco. Primogênita de dez filhos, diz que a mãe era analfabeta e o pai *sabia ler e escrever*. A migração do sertão para Paulo Afonso, cidade grande do interior da Bahia, lembra, deu-se não só pelas dificuldades da seca, mas também para *garantir a escola pros filhos, porque lá não tinha escola*. As primeiras letras lhe foram ensinadas pelo pai, que, apesar de pouco escolarizado, lia *tudo o que aparecesse, cordel, almanaque, muita Bíblia e era muito religioso*. Em Paulo Afonso, seu pai trabalhou como comerciante autônomo por cerca de quatro anos, até novamente migrar com a família, em busca de oportunidades de trabalho, para Aracaju, distante 300 km. Nessa cidade T. continuou seus estudos em escolas públicas até os dezesseis anos de idade. Dadas as dificuldades econômicas da família, desde os quatorze vinha conciliando a escola com o trabalho em diversas atividades (garçonete, faxineira, datilógrafa). Após um casamento de cerca de três anos com um operário da indústria têxtil, pouco antes de completar 20 anos conseguiu emprego numa fábrica de calçados. Na condição de operária calçadista, T. vivenciaria experiências decisivas para uma aproximação rápida com as lutas sindicais, porta de entrada a um engajamento político muito intenso. T. indicou também que, até o início de uma greve geral em 1989, embora se identificasse com as *lutas que eram travadas, não tinha nada, nada a ver com política, não conhecia nada de sindicato: entro na fábrica crua, uma pedra bruta*. Inicialmente não envolvida na organização da greve comandada pela CUT, T. disse que entrou no terceiro dia de paralisação, após a prisão de dois operários na porta da fábrica. Nesse ponto, comentou espontaneamente que, na seção em que trabalhava, *o pessoal mal tinha chegado à quarta série*, o que pode ser interpretado ao mesmo tempo como uma explicação ao fato de a mobilização ter perdido força com a prisão, pelo medo criado nos operários — T. afirmou que *era hora de radicalizar* —, e ao incentivo dos colegas para que T. atendesse à solicitação de participar diretamente da manifestação, dada sua maior escolarização. Foi nessa oportunidade que fez sua primeira fala num carro de som, recordando ter de encostar-se no carro porque o joelho tremia. O choque com a complexidade de informações que teve de conhecer e as formas de atuação com que se defrontou ao ingressar na comissão de negociação foi lembrado em termos de *um mundo totalmente novo*. Terminada a greve, T. voltou à fábrica na

condição de secretária-geral do sindicato fundado no curso da mobilização e, logo a seguir, tornou-se sua presidente, aos vinte e dois anos – também ingressando na direção da CUT. Nesse mesmo ano, T. foi demitida da fábrica e teve início em seu itinerário um processo de especialização na militância sindical, acompanhado de envolvimento partidário com o PT. Na condição de demitida e dirigente da CUT, manteve-se por cinco anos com salário garantido pela central e atuou na mobilização operária e na criação de um novo sindicato têxtil. Desse período, destacou um investimento em sua própria formação intelectual: *como dirigente da CUT eu fiz muita formação, muito curso, eu gostava muito de ler, então li muito. Fiz cursos aqui, em São Paulo, em Pernambuco... Começo a ler a literatura marxista aí. Não só de Marx, mas principalmente Marx, mas também, claro, Lênin, Trotsky, né? Aí a gente foi lendo esses clássicos.* Indagada se toda essa leitura teria vindo dos cursos propiciados pelo sindicato, corrigiu, apontando que as leituras eram *oferecidas mais pelo partido*, momento da entrevista em que começou a falar de suas ligações com política partidária. Narrou, então, a aproximação simultânea com o sindicalismo e com o PT, partido no qual ingressou, convidada por dirigentes da CUT e onde teve participação mais discreta: *eu ouvia um bocado lá; eu falava mais dentro da minha organização, mas lá dentro do PT, não.* Segundo ela, atuava como *militante de base: a gente fazia panfletagem, fazia os debates, segurava bandeira, vestia a camisa, comprava bóton.* Membro de corrente minoritária, saiu do PT junto com uma centena de militantes três anos após seu ingresso. Ao perder o processo judicial movido contra a fábrica que a demitira – até então tinha recursos garantidos pelo sindicato –, foi em seguida contratada pelo Sindicato dos Petroleiros, dirigido à época por membros de sua corrente política no PT e na CUT. Nesse sindicato dedicou-se principalmente a promover cursos de formação sindical para dirigentes de diversas categorias (*organização, história do movimento, formação básica, marxismo, curso de gênero*). No entanto, o afastamento partidário de T. foi breve e, assim como no caso n. 2, após romper com o PT, participou ativamente da criação de um novo partido considerado mais à esquerda, o PSTU. Há sete anos como dirigente partidária, casada com um sindicalista, ex-petista e atual colega de partido, T. foi a única mulher a candidatar-se à prefeitura de Aracaju nas eleições de 2008. Depois de concluir o Ensino Médio e ingressar no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Sergipe, tem distribuído seu tempo entre sindicato, partido, estudos e vida pessoal.

### Considerações finais

A opção de colocar os agentes sociais no primeiro lugar da análise aqui apresentada sobre engajamento e militância parece oferecer alguns ganhos. Num

plano bastante geral, por recair sobre temática das mais caras aos estudos da política, que é a dos processos de aquisição de competências ou politização, ou, ainda, condições de investimento político – tema não muito popular nas ciências sociais no Brasil. Tal é o pano de fundo contra o qual se procurou situar um conjunto limitado de casos de militância em instituições e espaços variados. Com recurso a entrevistas aprofundadas, tratou-se, de início, de retomar questões relativamente clássicas da sociologia política, como a das relações entre posição ocupada no mundo social e grau e formas de investimento na política. Por essa via, as condições de socialização primária e secundária dos indivíduos em arenas sociais diversas, como a família, a religião, a escola, grupos e movimentos, trabalho, receberam atenção especial na análise empreendida. Os resultados foram contundentes em marcar o peso do pertencimento a uma categoria social ou a ocupação de uma posição no mundo social – determinantes das experiências acumuladas pelos agentes – sobre a constituição de gostos, preferências e orientações ideológicas e políticas, dentre os quais a valorização da participação em atividades coletivas.

No plano mais específico dos estudos dedicados à militância (estes sim, em crescente valorização no Brasil e no exterior) –, uma das principais vantagens de que se procurou tirar proveito analítico com essa opção foi a tentativa de demonstração dos ajustes entre as disposições incorporadas pelos agentes e os espaços sociais em que investem. Mais do que isso, buscou-se também evidenciar as formas diferenciadas como realizam esses investimentos: precoce ou tardiamente (em relação a sua biografia e ao engajamento), com alta ou baixa intensidade, com quais recursos (quais experiências políticas, assistencialistas e filantrópicas concretas, pertencimentos religiosos e identitários, diplomas escolares, etc.). Foi dentro dessa lógica, aliás, que se deu a escolha de casos de militância em universos variados como base para a investigação, em oposição ao predomínio, com raras exceções, de estudos centrados em alguma modalidade particular de engajamento militante ou em determinada instituição (partido, sindicato, religião, ONG, associação). A possibilidade de trabalhar com sistemas de fatores mais complexos a explicar tanto as orientações iniciais na política quanto um conjunto de escolhas e apostas posteriores a partir de casos particulares variados aparece, então, como outra vantagem. Desnecessário lembrar, no entanto, que nada garante a esse tipo de procedimento a exploração exaustiva das composições desses sistemas ou sequer a apreensão adequada de seus elementos, como insiste Gaxie (2002, p. 174).

Condições de socialização familiar e religiosa favoráveis, escolarização elevada, passagem pelo espaço universitário, eventos biográficos marcantes, ativismo militante e vinculações partidárias precoces, militâncias múltiplas. Tais os componentes principais identificados nos itinerários examinados, cujas

combinações, embora específicas e irredutíveis, parecem esboçar algumas linhas das modalidades de engajamento e militância no contexto de Aracaju. Embora boa parte dos achados encontre eco em outros estudos tanto em países centrais como em periféricos, uma ampliação do universo de investigação a militâncias em outras instituições, ligadas a outras “causas”, em especial às mais novas e pontuais, teria muito a acrescentar às tentativas de generalização dos resultados. Em especial, a hipótese de que a relativa escassez de espaços associativos mais profissionalizados e especializados – sobretudo ONGs – e, portanto, uma estrutura limitada tanto de formas de cooptação e recrutamento quanto de oportunidades de realização de carreiras militantes tenderiam a proporcionar uma configuração de militâncias que entrelaçam inserção associativa e partidária.

### Referências bibliográficas

- AGRIKOLIANSKY, E. Carrières militantes et vocation à la morale: les militants de la Ligue des Droits de l'Homme dans les années 1980. *Revue Française de Science Politique*, v. 51, n. 1-2, p. 199-217, 2001.
- BARTHÉLÉMY, M. Le militantisme associatif. In: PERRINEAU, P. *L'engagement politique: déclin ou mutation?* Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.
- CORADINI, O. L. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- CORADINI, O. L. Escolarização, militantismo e mecanismos de participação política. In: HEREDIA, B. et al. (Org.) *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- CORADINI, O. L. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas. *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, p. 181-203, jun. 2007a.
- CORADINI, O. L. Engajamento e militância para os participantes e promotores do Fórum Social Mundial. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 7ª, Porto Alegre, 2007b. Mimeo.
- FILLIEULE, O. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel: Post Scriptum. *Revue Française de Science Politique*, v. 51, n. 1-2, p. 199-215, 2001.
- FILLIEULE, O. (Dir.) *Le désengagement militant*. Paris: Éditions Belin, 2005.
- GAGLIETTI, M. *PT: ambivalências de uma militância*. Porto Alegre: Da Casa; Palmarinca, 2003.
- GAXIE, D. *Le cens caché: inégalités culturelles et ségrégation politique*. Paris: Seuil, 1978.
- GAXIE, D. Appréhender le politique à l'aube des expériences sociales. *Revue Française de Science Politique*, v. 52, n. 2-3, p. 145-178, 2002.

GAXIE, D.; OFFERLÉ, M. Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital social collectif et carrière politique. In: BIRNBAUM, P. (Dir.). *Les élites socialistes au pouvoir*. Paris: PUF, 1985.

GRILL, I. G. “*Família*”, direito e política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do *métier*. *Tomo* (UFS), v. 10, p. 85-111, 2007.

GRILL, I. G. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. *Revista de Sociologia e Política*, v. 30, p. 65-87, 2008.

HAMMAN, P.; MEON, J-M & VERRIER, B. *Discours savants, discours militants*: mélange des genres. Paris: l’Harmattan, 2002.

ION, J. L’évolution des formes de l’engagement public. In: PERRINEAU, P. *L’engagement politique*: déclin ou mutation? Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

JUHEM, P. Entreprendre en politique: de l’extrême gauche au PS. La professionalisation politique des fondateurs de SOS-Racisme. *Revue Française de Science Politique*, v. 51, n. 1-2, p. 131-153, 2001.

LAGROYE, J. Les processus de politisation. In: LAGROYE, J. (Dir.). *La politisation*. Paris: Belin, 2003.

MATONTI F.; POUPEAU, F. Le capital militant: essai de définition. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 154, p. 5-11, 2004.

MAYER, N.; FILLIEULE, O. Devenirs militants: introduction. *Revue Française de Science Politique*, v. 51, n. 1-2, p. 19-25, 2001.

OLIVEIRA, W. J. F. de. Formas precárias de emprego, atuação em ONGs e inserção profissional. *Sociedade em Debate*, v. 12, n. 3, p. 141-160, 2007.

OLIVEIRA, W. J. F. de. Elites culturais, militantismo e participação na defesa de causas ambientais. In: CORADINI, O. L. (Org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul*: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: UFRGS, 2008a.

OLIVEIRA, W. J. F. de. Engajamento político, competência e elites dirigentes do movimento ambientalista. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, p. 167-186, 2008b.

PERRINEAU, P. *L’engagement politique*: déclin ou mutation? Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

SAWICKI, F. Les temps de l’engagement. À propos de l’institutionnalisation d’une association de défense de l’environnement. In: LAGROYE, Jacques (Dir.). *La Politisation*. Paris: Belin, 2004.

SEIDL, E. *Engajamento e militância associativa em Sergipe*. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26<sup>a</sup>, Porto Seguro, 2008a. Disponível em <www.aba.org.br>.

SEIDL, E. Engajamento e militância associativa em Sergipe: modalidades, recursos e itinerários. *Cadernos CERU* (USP), 2008b.

SIMÉANT, J. Un humanitaire 'apolitique'? Démarcations, socialisations au politique et espaces de la réalisation de soi. In: LAGROYE, J. (Dir.) *La politisation*. Paris: Belin, 2003.

TAVARES DOS REIS, E. *Contestação, engajamento e militantismo: da 'luta contra a ditadura' à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Mimeo.

TAVARES DOS REIS, E. A arte da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que "lutaram contra a ditadura" no Rio Grande do Sul. In: CORADINI, O. L. (Org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

TAVARES DOS REIS, E.; GRILL, I. G. Letrados e votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26ª, 1 a 4 de junho de 2008, Porto Seguro/BA. *Paper*.

*Recebido em 31 de outubro de 2008 e aprovado em 06 de março de 2009.*